

# A HORTA AGONIZANTE: MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA E TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS DE AUTOCONSUMO ENTRE FAMÍLIAS RURAIS DO EXTREMO SUL GAÚCHO

Flávio Sacco dos Anjos<sup>1</sup>  
Nádia Velleda Caldas<sup>2</sup>

**Resumo.** O artigo é baseado em pesquisa qualitativa realizada no extremo sul do Rio Grande do Sul e explora as transformações sobre as práticas de autoconsumo no âmbito da agricultura familiar, motivadas, essencialmente, pelo processo de mercantilização da agricultura e da vida rural. As práticas de autoconsumo expressam a matriz cultural das famílias rurais, em que pese o valor simbólico atribuído aos produtos gerados no próprio estabelecimento rural, em comparação com o que é adquirido externamente no comércio, ou em outras unidades de produção. A pesquisa de campo foi realizada com trinta estabelecimentos de agricultura familiar, cuja atividade comercial principal das famílias residia, fundamentalmente, na produção de leite, pêssego e fumo. Os autores discutem os impactos da mercantilização da agricultura sobre as práticas de autoconsumo.

**Palavras-chave:** campesinato, agricultura familiar, autoconsumo, segurança alimentar.

## The garden dying: Commoditization of agriculture and changes in practices of self-consumption among rural families of southern gaicho

**Abstract.** The article is based on qualitative research carried out in the southern extreme of the Rio Grande do Sul state and explores the transformations on the practices of self-consumption production in the context of familiar agriculture, essentially, under the impacts of the process of

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias e dos Programas de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e de Ciências Sociais (UFPel), Pesquisador II do CNPq. Mestre em Sociologia pelo PPGS-UFRGS e Doutor em Sociologia pelo Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos da Universidad de Córdoba, Espanha.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Bolsista de doutorado do CNPq.

commodification of agriculture and the rural life. The self-consumption practices present a cultural matrix among rural families, in spite of the symbolic value attributed to products generated within the very rural establishment, as compared to the ones which are acquired externally in usual commerce or from other units of production. The field-work was performed within thirty family agricultural establishments whose main commercial activity lies on the milk, peach and tobacco production. The authors discuss the impacts of the commoditization of agriculture on the practical of self-consumption production.

**Key-words:** peasantry, family agriculture, self-consumption production, food security.

## 1 Introdução

Pelas mãos de Antônio Cândido surgia, há pouco mais de quatro décadas, um dos mais emblemáticos estudos etnográficos brasileiros: *“Os parceiros do Rio Bonito”*. Nessa obra seminal, encontramos a defesa de uma “sociologia dos meios de subsistência” como caminho através do qual iluminar-se-ia um importante campo do conhecimento, até então visto como matéria quase exclusiva da perspectiva acadêmica. Neste estudo tem-se a exata dimensão de que as necessidades alimentares ostentam um duplo caráter: natural e social, mais além de simples expressão de impulsos orgânicos (CÂNDIDO, 1987, p. 23).

No seu entendimento, para cada cultura há uma *técnica* de viver, da qual a alimentação faz parte. Saciar a fome e garantir uma dieta satisfatória torna-se o centro de um dos mais vastos complexos sócio-culturais, abrangendo atos, normas, símbolos e representações. A obtenção da comida confunde-se, segundo Cândido, com a gênese de quase todas as instituições sociais.

O foco do presente artigo toma por base recentes pesquisas realizadas pelos autores em comunidades rurais dos estados meridionais do Brasil, precisamente em localidades marcadas pelos traços da imigração especialmente germânica e italiana. A ênfase nesses estudos identifica-se com o esforço por compreender os mecanismos de reprodução social de explorações de caráter familiar.

Foi no contato com a realidade concreta que vimos fortalecer nossas convicções acerca de possíveis transformações por que passam as práticas de autoconsumo na dinâmica das famílias rurais. Há, por certo, um movimento geral que afeta o conjunto da população mundial, resumido por Mintz (2001, p. 37), como a separação crescente entre produtores e consumidores, a disposição cada vez maior em consumir alimentos preparados, o declínio da habilidade culinária das classes

médias e outras tendências incidentes tanto sobre o âmbito urbano quanto rural.

A amplitude do tema é indiscutível e não temos a pretensão de abarcar o universo de aspectos atinentes às mudanças nos padrões de consumo da sociedade em geral. Nosso objetivo é o de rever a contribuição empírica e teórica acerca da questão do autoconsumo no contexto da agricultura familiar. Há uma hipótese geral que partimos, qual seja, a de que num contexto de mercantilização da agricultura, com seus desdobramentos relativos à intensificação e modernização dos processos de produção, houve mudanças substanciais nas práticas de autoconsumo. Essas mudanças afetam em graus variáveis, mas indistintamente, ao conjunto de famílias rurais como resultado de uma série de fatores que se buscou resgatar no marco de uma pesquisa que se desenvolveu entre 2006 e 2008 em localidades rurais da microrregião de Pelotas por intermédio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com membros de unidades familiares de produção.

Algumas questões exprimem claramente o foco da pesquisa e todo o processo de reflexão. Nesse contexto, indagamos: quais as possíveis razões e circunstâncias que supostamente acarretam a perda de protagonismo das práticas de autoconsumo das famílias rurais do extremo sul gaúcho? Em que medida a atividade comercial predominante influencia esse processo? E, finalmente, como as famílias avaliam mudanças nessas práticas, que durante muito tempo eram admitidas como expressão de uma cultura tipicamente camponesa do Brasil meridional?

A identidade do colono sul-riograndense, expressão viva da condição camponesa, se nutre umbilicalmente do mito da autonomia das famílias em relação ao mundo externo, no que tange à autoprovisão parcial ou plena de suas necessidades alimentares. Compreender as forças que agem sobre essa realidade é, portanto, o centro de nossa reflexão.

## **2 Agricultura familiar, autoconsumo e campesinidade no Sul do Brasil**

É, sobretudo na segunda metade dos anos noventa, que a noção correspondente à agricultura familiar foi introduzida, quase que simultaneamente, na cena acadêmica e política brasileira. Nesse sentido, como recorda Schneider (2003, p. 99), “a adoção da expressão parece

ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo”.

Entendemos a agricultura familiar como uma forma social de produção que apresenta uma lógica peculiar de funcionamento, cuja racionalidade orienta-se na busca por assegurar a reprodução social de seus membros. Para Gasson e Errington (1993), ela pode ser definida a partir de alguns traços fundamentais, quais sejam: a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente familiar; d) o patrimônio pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e finalmente; f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Mas é importante frisar que quando estamos nos referindo a agricultores familiares não temos em mente apenas produtores, mas sujeitos históricos que reproduzem valores de uma cultura, que em maior ou menor medida, é preservada no Sul do Brasil, a qual poder-se-ia denominar como tipicamente camponesa. A carga de subjetividade nesse universo simbólico se expressa, entre outros aspectos, nas formas de transmissão do patrimônio fundiário (SEYFERTH, 1985), no sentido atribuído às relações de parentesco (WOORTMANN, 1995) ou à comida produzida pela família no próprio lote em detrimento da parcela adquirida junto ao comércio local ou regional.

Objetivamente o autoconsumo é definido por Leite (2004) como sendo uma fração da produção agropecuária (agrícola, pecuária, extrativista e aquela que deriva de produtos primários beneficiados) que se realiza no estabelecimento rural e se destina ao consumo alimentar dos membros da família e, inclusive, à alimentação animal e a outros usos na atividade produtiva.

Parte-se do entendimento de que parcela expressiva da produção científica orientada a investigar os processos atinentes à dinâmica da agricultura familiar concede escassa importância a essa dimensão. A tendência economicista, como advertiu Woortman (1990), vê estritamente o campesinato e, na nossa acepção, a agricultura familiar, como um modo de produção com sua lógica própria ou como o resultado de determinações impostas pela lógica do capital. Nesse contexto, a ênfase recai sobre a dimensão comercial da exploração familiar e sobre a funcionalidade dessa forma de produção à acumulação do capital.

A questão do autoconsumo foi enfocada por Garcia Jr (1990) ao descrever o “princípio da alternatividade” que carregam certos cul-

tivos, especialmente a mandioca, a qual pode ser comercializada, consumida *in natura* pela família, convertida em farinha ou retida para comercialização posterior. Assim, a comercialização da produção não é analisada como se fora simplesmente um “excedente” em relação às necessidades da família, mas como expressão material da complementaridade existente entre o produzir com objetivos mercantis e o atendimento das necessidades alimentares da família.

Parece óbvio que a marca da alternatividade não pode ser transferida a um amplo leque de atividades que são atualmente centrais à dinâmica da agricultura familiar no Brasil meridional, como é o caso do tabaco, soja, pêssego, uva, avicultura, suinocultura entre outras regidas pelo caráter intensivo dos processos produtivos. A produção de alimentos para o consumo familiar representa o símbolo maior acionado pelos colonos para “diferenciá-los do simples operário” que vive só do salário, como referiu Seyferth (1992, p. 93).

Há, por certo, um expressivo número de trabalhos que evocam o impacto produzido por novos hábitos de consumo alimentar. Tanto na Ásia quanto na África, como alude Mintz “as dietas rurais incorporam mais gêneros de primeira necessidade do que as dietas urbanas” (2001, p. 38), por uma série de fatores que incluem a crescente incorporação de mulheres ao mundo do trabalho. Essas supostas mudanças também aparecem associadas ao fato de que o consumo alimentar implica um processo de distinção e classificação social nos termos propostos por Bourdieu (1979). Com base nesse entendimento, a crescente incorporação de produtos industrializados poderia ser tomada como expressão dessa suposta tendência de ascensão social por parte de famílias rurais acostumadas às vicissitudes do conhecido “déficit de cidadania”.

Há, destarte, um conjunto de vetores que vem impactando sobre a dimensão do autoconsumo no contexto das famílias rurais do Brasil, o qual importa destacar para o argumento central que sustenta o presente artigo.

### **3 Mercantilização na agricultura familiar no extremo sul gaúcho**

As então províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram o destino principal de um processo de colonização iniciado com a vinda de imigrantes europeus não-ibéricos durante o século XIX. A imigração alemã se iniciou em 1824, quando chegaram as primeiras

famílias à recém fundada Colônia de São Leopoldo, no vale do Rio dos Sinos, próxima à capital (Porto Alegre). Mas, como advertiu Seyferth (1974, p. 29), sob o rótulo de “colonos alemães” englobam-se todos os imigrantes procedentes da Alemanha, Áustria ou Polônia de fala germânica. A imigração italiana ocorre somente a partir de 1875, tendo como destino primordial a região serrana gaúcha e os campos de cima da serra. A conhecida prosperidade dos núcleos coloniais é atribuída a uma série de fatores, entre os quais o de haverem surgido “longe das regiões de grandes propriedades luso-brasileiras empenhadas na criação de gado” (SEYFERTH, 1974, p. 29).

Sobre esse aspecto, é crucial mencionar que, no extremo sul gaúcho, o processo de colonização com imigrantes europeus (alemães, pomeranos, italianos e franceses) só irá ocorrer na segunda metade do século XIX, numa região marcada pelo peso do latifúndio e da pecuária extensiva. Coincidentemente comemora-se hoje os 150 anos da imigração germânica, cujo processo de colonização, de natureza eminentemente privada, surgiu como negócio promissor que converteu a Serra dos Tapes, que se estende pelos municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu, no *locus* do assentamento dos primeiros colonos nesse território. Por meio de contrato firmado com o Governo Imperial, o empresário alemão Jacob Rheigantz converteu terras devolutas em objeto do assentamento das famílias em lotes com aproximadamente 25 hectares.

Não nos parece um exagero afirmar que a constituição desses núcleos coloniais representou o surgimento de um verdadeiro “enclave” da agricultura de base familiar em meio ao império da oligarquia regional ligada à pecuária extensiva e à produção do charque.<sup>3</sup>

O campesinato que emergiu no extremo sul gaúcho dedicou-se à policultura e à pecuária de pequena escala, sobretudo para atender ao mercado de consumo urbano crescente de Pelotas e região. Além do “ouro branco” das colônias<sup>4</sup> (banha suína), o rol de artigos incluía produtos que literalmente desapareceram no período subsequente por conta de transformações a que posteriormente abordaremos. Desse rol fazem parte o alpiste, alfafa, piretro, cevada, aveia, marmelo, figo,

---

<sup>3</sup>Corresponde à produção de carne salgada em estabelecimentos produtivos (charqueadas) e que foi, durante os séculos XVIII e XIX, o estivo essencial da economia do extremo sul gaúcho. O charque era produzido pela mão-de-obra escrava e exportado para outras regiões do Brasil e do mundo.

<sup>4</sup>A expressão em epígrafe foi utilizada por Roche (1969) ao referir-se à importância comercial assumida pelos derivados de porco, particularmente banha e toucinho no âmbito das colônias do Sul do Brasil.

trigo, batata inglesa, feijão, milho, cebola bem como os produtos derivados da transformação operada nos próprios estabelecimentos (laticínios, doces em pasta, conservas, etc.). O auge das colônias coincidiu com o alto nível de diversificação produtiva das comunidades rurais, responsáveis por engendrar as bases de uma indústria rural de natureza artesanal, mas bastante importante à época. Dela fazem parte os moinhos coloniais, as primeiras cantinas de vinho e, sobretudo, as primeiras indústrias de conservas de pêssego e de aspargo.

Conforme advertiu Grando (1990, p. 19) as origens da indústria de conservas vegetais de Pelotas estão nas fábricas artesanais rurais, que, “ao saírem do domínio camponês, se transformaram num parque de unidades industriais, o qual veio a ser o maior do gênero no Brasil”.<sup>5</sup>

Mas esse processo de expansão industrial não se deu de forma aleatória ou espontânea, senão como resultado direto de uma política deliberada de incentivos fiscais e creditícios concedidos ao grande capital que se inicia durante a Era Vargas com o monopólio estatal do trigo e o fechamento compulsório dos moinhos coloniais, ampliando-se, nas décadas subsequentes, com a implantação do modelo de substituição de importações durante a ditadura militar. Com efeito, na região de Pelotas, o período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970 coincide com o surgimento de grandes indústrias conserveiras (compotas de pêssego, figo, aspargo, abacaxi), essencialmente situadas no perímetro urbano dessa cidade-pólo do sul gaúcho.

Paradoxalmente, esse gênero de atividade industrial, surgido no âmbito das colônias e introduzido por imigrantes franceses, praticamente desapareceu nas áreas rurais, assestando um duro golpe às colônias do extremo sul gaúcho e à sobrevivência de muitos estabelecimentos familiares. O fechamento das agroindústrias rurais familiares responde às crescentes exigências da legislação sanitária e fiscal que, sob a alegação de preservar as condições de higiene de instalações e equipamentos, impuseram o fim desses empreendimentos.

Paulatinamente os colonos vão se convertendo em produtores especializados de matéria-prima para a indústria de conservas, abandonando, definitivamente, um traço peculiar dessa forma social de produção, marcada pela policultura, diversificação de atividades e fontes de ingresso econômico. A simplificação dos sistemas de culturas é um

---

<sup>5</sup> Grando (1990) descreve a importância da colônia francesa como responsável pelo surgimento das primeiras indústrias de pêssego na região que, durante os anos 1960, contava com mais de uma centena de empresas de pequenas a grandes indústrias sediadas fundamentalmente no meio urbano de Pelotas.

fato inquestionável, conjuntamente com a subordinação a um mercado regional oligopsônico que se impõe a um número estimado em 3,5 mil famílias rurais que passam a depender, em maior ou menor medida, de uma única fonte de ingresso econômico.

A modernização dos processos produtivos agrários traduz uma das dimensões em que passa a operar a mercantilização da agricultura e da vida social nas colônias do extremo sul gaúcho. É, por certo, um processo multifacetado (VAN DER PLOEG, 2006) que assume distintos contornos no contexto em que operam as formas familiares de produção, as quais se tornam cada vez mais subordinadas e dependentes do comportamento dos mercados. A externalização da produção decorre da crescente dependência dos insumos e serviços adquiridos fora da exploração.

O aparecimento de novas necessidades materiais, a multiplicação de relações mercantis, a internacionalização da agricultura, com a crescente exposição às oscilações dos mercados, figuram em destaque como uma perversa tendência que conduz as famílias à especialização produtiva. O pêssego representa um exemplo emblemático de um fenômeno que alcança o Sul gaúcho até meados dos anos 1970.

Mas a década de 1980 é marcada pela crise do setor conserveiro no extremo sul gaúcho com a falência de muitas das grandes indústrias que processavam o pêssego, aspargo, morango, ervilha e outros produtos de extrema importância para a sobrevivência de milhares de famílias rurais que, como se disse anteriormente, haviam sido convertidas em produtores especializados de matérias-primas industriais. Boa parte deles encontraram na horticultura e produção de leite uma alternativa econômica, ao passo que um grande número de famílias sucumbiram em meio a crise e deixaram o campo.

Outrossim, os anos noventa reservam um fato inusitado na cena rural do extremo sul gaúcho e tem a ver com uma impressionante expansão da cultura do fumo. Essa atividade ocupa hoje mais de 182 mil famílias rurais nos Estados meridionais. O extremo sul gaúcho é uma das mais importantes regiões produtoras e a expansão do tabaco provoca a erradicação massiva de pomares de pêssego, de plantações de aspargo e de morango nas duas últimas décadas.

A partir de dados colhidos junto à AFUBRA<sup>6</sup> foi possível chegar a uma estimativa que aponta para um total aproximado de 12 mil famílias envolvidas com a cultura do fumo na área que correspondeu à presente investigação. Essa atividade adquire um protagonismo inquestionável pelo fato de converter-se na principal (em muitos casos na exclusiva) fonte de ingresso econômico para muitas famílias.

O plantio do fumo requer um trabalho intensivo por parte de toda a família, ao longo de todo o ano (PAULILO, 1990). A relação das famílias com as empresas é regida por contratos de integração vertical que, se por um lado, asseguram a compra antecipada da produção, por outro, obrigam as primeiras à adoção de um pacote tecnológico, fornecendo adubos, agrotóxicos e serviços (assistência técnica) que serão descontados ao final da safra. Mas os produtores são igualmente responsáveis pela secagem do fumo colhido a campo, em estufas cuja construção é financiada pelas fumageiras, sendo essa uma etapa das mais complexas face os riscos que envolvem à qualidade da produção, a insalubridade da operação e a extensão das jornadas de trabalho.

No Sul do país, os contratos de integração vertical articulam famílias e agroindústrias não somente no caso da produção de tabaco, mas em outros gêneros como é o caso da produção de frangos de corte, suinocultura e, mais recentemente, na produção de eucalipto.

Na área correspondente ao contexto do presente estudo existem atualmente, segundo dados do INCRA-SADE (2007), 16.191 estabelecimentos de caráter familiar (95,7% do total) dedicados a um conjunto bastante reduzido de atividades produtivas, se comparado com os primórdios do processo de colonização.

O período coincidente com a modernização conservadora (1965-1980) é marcado pelo aprofundamento da mercantilização da agricultura e da vida rural que, como dito anteriormente, trouxe consigo inúmeros desdobramentos. A simplificação dos sistemas de culturas, a especialização e intensificação produtiva e o produtivismo são vistos como implicações diretas de um fenômeno no qual a perda de autonomia das famílias é incontestável, conferindo-lhes uma posição subordinada e cada vez mais vulnerável em relação aos mercados.

O crescimento no número de pomares de pêsego refletiu a expansão das indústrias de conservas durante esse período, paralelamente

---

<sup>6</sup> A AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) registra um crescimento de 93% no número de famílias produtoras de fumo entre a safra 1979/80 e 2006/07. Na última safra, a área média plantada por família foi estimada em 2,16 hectares.

ao fechamento das agroindústrias artesanais rurais. Mas esse gênero atravessou enormes dificuldades durante os anos oitenta. Quase 90% das empresas fecham suas portas, deixando as famílias em situação de total incerteza. A ascensão da cultura do fumo emoldura um novo ciclo de expansão e mercantilização dos espaços rurais do extremo sul gaúcho.

#### **4 A horta agonizante no contexto da mercantilização da agricultura**

A mercantilização da agricultura e dos espaços rurais no Brasil meridional se impõe de forma implacável sobre o universo da agricultura familiar. Como é sabido, a relação com o mercado é um aspecto intrínseco do modo de vida dos descendentes de europeus no Sul do país, os quais desenvolveram um sistema de policultura articulado à criação de pequenos animais e de gado para a produção de leite.

Mas o que se quer chamar atenção nesse trabalho é que no curso das transformações operadas, a partir da modernização da agricultura, houve a eliminação de muitas explorações familiares que se mostravam incapazes de incorporar as inovações tecnológicas e o novo modo de produzir. As que conseguiram sobreviver, sob um ambiente invariavelmente desfavorável, foram lançadas numa perversa espiral que lhes conduziu à especialização produtiva. Deixamos isso claro na seção precedente, com base em alguns casos emblemáticos como no caso do pêssego e da plantação do tabaco.

Com isso, uma família que no passado contava com um amplo e diversificado conjunto de produções e fontes de ingresso econômico, passa agora a depender de uma única atividade produtiva, em meio ao cenário da especialização.

O que aqui se busca evidenciar é que no afã de rentabilizarem o espaço produtivo e todas as energias existentes no seio da família para incrementar o nível de ingresso econômico, a produção destinada a atender o autoconsumo vem sendo sistematicamente sacrificada.

Antes de entrar na discussão dos dados colhidos na imersão realizada a propósito dessa pesquisa, convém reafirmar a importância dessa categoria - o autoconsumo - como elemento idiossincrático da cultura camponesa que, no Sul do Brasil, cristaliza-se em torno do termo *colono* em todas acepções correlatas. As práticas de autoprovisão são referidas de diversas formas, mas o que é recorrente é a sua centralidade nas representações do universo social dessas comunidades.

Nesse sentido: “‘Plantar para o gasto’, em muitos casos, torna-se a característica mais evidente da condição de colono, e o define primordialmente como um produtor de alimentos para si e depois, se possível, para ou outros” (SEYFERTH, 1992, p. 82 – aspas no original).

Mas essa marca de identidade do colono, em torno da qual sedimentaram-se certas representações, nas atuais circunstâncias, há que ser seriamente relativizada. Diversos vetores e circunstâncias conspiram para conformar esse quadro, tanto no plano externo quanto interno à exploração familiar. Parte-se aqui da premissa que estas famílias “adotam estratégias micro (de curto e de longo prazo) como resposta a pressões macroeconômicas e políticas (preços, leis)” (ALMEIDA, 1986, p. 67).

No plano externo, são flagrantes as pressões emanadas das empresas do complexo agroindustrial com quem as famílias assinam contratos de integração vertical. Exemplo disso pode ser visto a partir do que estabelece a líder mundial<sup>7</sup> na produção de carnes de aves e derivados. No curso da presente investigação, fomos informados que a referida empresa proíbe as famílias de avicultores integrados de manterem aves de fundo de quintal ou porcos em seus estabelecimentos. A justificativa decorre da preocupação com a sanidade dos lotes criados em regime de confinamento, cujo número médio varia entre 16 e 21 mil aves por família.<sup>8</sup>

Se por um lado, a empresa assegura a compra dos frangos, a assistência técnica e as condições de produção, por outra parte impõe um rígido controle do processo e impede que a família preserve uma atividade fundamental, tanto na perspectiva da reprodução material de seus membros quanto do ponto de vista simbólico.

A mercantilização não se exprime apenas do ponto de vista da dinâmica que orienta a produção do frango, em meio à compra compulsória dos insumos vendidos pela empresa, os rigorosos controles da eficiência produtiva e de rentabilidade do negócio, mas inclusive por força do fato de que o abastecimento de artigos essenciais à vida doméstica (carne, ovos) é agora regido pela via da compra, não mais gerado pela família nos limites da própria exploração.

Na atual conjuntura, produzir significa ampliação ilimitada do consumo de bens e serviços em relação aos quais os agricultores possu-

---

<sup>7</sup> Referimo-nos ao grupo francês Doux Frangosul. Trata-se do maior produtor europeu de aves e de produtos transformados à base de carne de aves, com um faturamento equivalente a 1,2297 bilhões de Euros em 2006. Ver a propósito: <<http://br.doux.fr>>

<sup>8</sup> Cada família produz entre 6 e 8 lotes, perfazendo aproximadamente 145 mil aves/ano.

em uma reduzida margem de interferência, como revelam alguns depoimentos na analogia que os entrevistados realizam com o “tempo dos pais”:

Isso aí totalmente mudou, né, a gente tava lembrando dos pais, era lavrado tudo a cavalo, plantava milho com matraca... Tinha uma sacola do lado, abria a cova e largava a semente e plantava essa terra toda e tinha quatro junta de cavalo, mas naquela época dava o milho, sobrava um pouco mais, porque hoje o investimento é maior, comparando [...] Plantava batata sem agrotóxico e se colhia batata sem veneno. Hoje se tu vai plantá sem colocá nada, o bichinho come, né... Plantava-se muito feijão, se fazia roça nova. A gente tinha criação de porco, mas se tu tinha um lote de dez porco, fazia dinheiro [...]. Hoje tu tens cem porco e não sobrevive [...].

Hoje em dia a gente fica com nojo do serviço que tem. Nós plantava fumo, milho, feijão, batatinha para comer e batata doce a gente vendia, animal a gente criava e vendia também, galinha a gente criava para o consumo e porco pra vender... A gente era uma família humilde, nem luz elétrica tinha, nem geladeira, nem freezer, nem nada, a gente fazia toda carne coisa assim: a gente fritava e botava em uma lata de banha tudo assim, bem antigão... Ao passar o tempo a gente foi botando luz, a gente foi comprando as coisas e foi se adaptando [...].

A percepção de nossos entrevistados é clara em relação às melhorias que os novos tempos trouxeram consigo. O trabalho é mais facilitado em face das inovações tecnológicas, assim como o nível de conforto das casas com tudo o que a vida moderna é capaz de oferecer. Mas essa realidade é tomada de contradições na medida em que transforma completamente o modo de vida que hoje passa a ser governado pela frenética busca por rentabilizar o uso da terra e da força de trabalho familiar que se torna cada vez mais escassa em função do reduzido número de filhos.

Nos meios acadêmicos especializados, é bastante conhecida a metáfora do *treadmill* de Cochrane (1979), segundo o qual, os agricultores vêem-se permanentemente obrigados à incorporação de novos processos e tecnologias sob pena de serem expulsos da atividade. O ritmo é ditado pelas imposições do mercado, sendo eufemisticamente chamado de profissionalização da agricultura. No curso desse proces-

so, outras dimensões são afetadas, como revela o depoimento na continuação:

Antes era tudo natural, hoje é tudo à base de enlatado, nós até que procuramo fugir disso. O problema é como eu já disse antes, **nós** **somo** **profissional do leite**, e como falta mão-de-obra pra nós, então nós não produzimos o feijão, a batata, gente vai e compra esses produto, só que a gente vai ao supermercado, tu compra um produto com produtos químicos e isso é difícil pra nós, porque se a gente tivesse mão-de-obra poderia plantá a batata, o feijão e seria muito melhor (grifos nossos).

As famílias intensificam a produtividade como forma de compensar o declínio dos preços dos produtos, fenômeno esse já detectado por Chayanov (1974), ao estudar o comportamento dos camponeses russos no início do século XX.

Intensificar o ritmo de trabalho, ampliar a escala de produção e especializar-se em determinado tipo de cultivo ou criação é parte de um conjunto de transformações de grande envergadura. A incorporação dos bens de consumo duráveis propicia o conforto aos membros da família. Mas essas “comodidades” têm seu preço:

Naquele tempo não existia nem energia, não tinha televisão, geladeira, meio de comunicação, mão de obra era mais difícil, não tinha tratores, era tudo mais manual, as pessoas se judiavam mais o corpo do que hoje. Hoje, o trabalho é mais facilitado, mas se torna mais caro, o custo de vida é mais alto, as despesas são muito mais alta e o retorno é menor devido a tantas despesas, é muita conta pra pagar.

O tempo dos pais era um tempo de restrições, mas, por outra parte, o grau de mercantilização da vida rural não havia atingido níveis tão elevados quanto os de hoje. Destarte, a grande insatisfação brota do fato de que o produto do trabalho do colono não goza do reconhecimento esperado por parte da sociedade em geral. O abastecimento das cidades já não é mais atribuição das colônias, mas de uma complexa rede liderada pelos hipermercados e grandes superfícies de varejo. Se elevam os custos de produção com o uso das inovações, mas o preço dos produtos agrícolas é cada vez mais baixo em face de uma concorrência que vem de dentro e de fora do país, além de outras dificuldades:

Nós como agricultores, eu acho que sofremos muito com a conseqüência do tempo, porque quando chove demais é problema, quando falta chuva é problema também [...]. Também a gente com todo esforço produz e quando tem em abundância, não tem mercado ou então os preços caem muito. E olhando pra trás parece que a gente recebia mais por esses produtos que tu vende hoje, mas o custo pra tu produzir é um custo a mais, tu trabalhas mais e ganhas menos, porque o lucro, hoje em dia, é mínimo.

Em nenhuma outra atividade agrícola, o grau de implicações da mercantilização da agricultura é tão intenso quanto no caso do fumo, se temos em mente o fato de que muitas famílias estão deixando de produzir para o autoconsumo em face da escassez de tempo e de mão-de-obra:

É muita ocupação [...] O fumo não deixa a gente cuidar de mais nada, é uma dedicação total, tem gente, como o meu sogro, que é 24 horas, porque ele cuida o fogo durante a noite da estufa... A gente não tá trabalhando 14 ou 15 horas por dia, a gente tá trabalhando 24 horas, tem pouco tempo pra descansar.

Eu sei que naquela época se comprava muito pouco de fora, quase que se consumia o que se tinha, arroz e tudo [...] O que era mais necessário era açúcar, querosene e sal. Hoje se compra tudo, o pessoal vai à cidade e compra um pé de repolho, qualquer coisa e sai ali direto, muitas vez vem de São Paulo, porque o pessoal compra. Todos têm propriedade, mas o fumo não nos deixa tempo pra nada, trabalha o ano inteiro em cima do fumo e quando termina de classificar, já tem canteiro, sementeira, semear de novo e nem terminou a safra passada e depois tem que fazer lenha pra queimar. Eu acho muito errado comprá essas coisa com veneno que podia ter em casa sem veneno.

O sentimento de impotência frente à falta de tempo para dedicar-se ao autoconsumo não é visto como negativo apenas pelo fato de ferir a autonomia camponesa idealizada, mas porque a família passa a consumir produtos de procedência desconhecida, obtidos com o uso de agrotóxicos, como revelou o depoimento acima.

As famílias que ingressaram no rumo da especialização produtiva vivem hoje uma realidade paradoxal. Se, por um lado, conquista-

ram um nível de desenvolvimento tecnológico razoável, vêem-se diante das incertezas dos mercados, das crescentes imposições das empresas às quais acham-se integrados e renunciam à possibilidade de produzir, ainda que parcialmente, o próprio alimento. O depoimento a seguir é de um agricultor que se especializou na produção de pêssego para as indústrias de conserva:

Batata eu compro no supermercado, **eu não tenho vergonha de dizer isso**. O feijão eu compro do rapaz que planta aí na volta. Pra mim é mais vantagem o leite comprado de caixinha [...] Eu vou lá no supermercado e pego o leite de caixinha porque eu entendo que não tenho que me envolvê com essas coisa [...] Só galinha, ovo nós temo o ano todo, mas não quero mais porco, eu já tive porco, vaca e eu não quero pra mim, é só incômodo. O tempo que eu vô tratá um boi eu tô fazendo outro trabalho ... (grifos nossos)

A erosão dos padrões culturais tradicionais dá lugar a reelaborações que buscam legitimar a opção, cada vez mais recorrente, de transferir aos mercados e a outrem a tarefa de suprir as necessidades alimentares dos membros da família. No entanto, o acesso aos alimentos, para uma parcela significativa destas famílias, não se dá apenas pela via dos mercados locais, mas inclusive por uma atividade regular exercida por donos de camionetas que circulam pelas estradas rurais, vendendo tais produtos.

Eu plantei batata esse ano pro gasto e me arrependi. Mas é muito mais negócio ir ao mercado e comprar uns quilos que tu vai consumir [...]. O caminhão da feira passa aí na frente, é muito mais fácil eu comprar deles dois ou três reais de verdura do que cuidar uma horta, porque não vale a pena [...] É muito mais fácil comprar do que produzir.

O caminhão da feira a que nosso entrevistado se refere corresponde ao trabalho de comerciantes que residem no interior das comunidades e que vivem desse comércio itinerante nas cidades e no meio rural. O insólito recai no fato de que a clientela rural cresce a cada dia em face dos aspectos sublinhados anteriormente.

As práticas de autoconsumo justificam-se iam quando se anseia consumir um produto seguro em termos da ausência de contaminantes ou em virtude de qualidades intrínsecas que aquele adquirido fora não

o possui. Essa é a posição das famílias dedicadas à produção ecológica de frutas e hortaliças, assistidas por organizações não-governamentais da região:

Horta, ovos, carne, leite, tudo isso é daqui de casa, tanto carne bovina, frango, como galinha caipira [...] Eu acho que não se economiza, se tem pelo fato de ser mais saudável, mas não que isso traga um retorno econômico, isso não, porque no caso ovos e essas galinha, na verdade, comem mais do que a gente fosse ao mercado.

A análise de representações sobre identidade camponesa consistiu no objeto de estudo de trabalho desenvolvido por Seyferth no Vale do Itajaí-Mirim, estado de Santa Catarina. A investigação evidenciou a oposição existente, no imaginário de comunidades teuto-brasileiras, entre colonos fortes e colonos fracos. Os primeiros são tomados como modelo do camponês ideal, ou seja, “aquele que possui a propriedade de terras suficientes para se reproduzir sem que um dos membros tenha de recorrer a alguma atividade assalariada”. Com efeito, “são, portanto, os «verdadeiros» camponeses porque têm uma só ocupação: a agricultura ou, mais especificamente, a policultura” (SEYFERTH, 1992, p. 83, destacado no original).

No extremo oposto, são colonos fracos os que se vêem diante da obrigação de buscar um trabalho assalariado nas fábricas de confecções da região, geralmente detentores de colônias pequenas (menos de 10 hectares), submetendo-se à autoridade direta de um patrão ou de seus imediatos. No entender de Seyferth, “a reafirmação da condição camponesa se faz num universo de contradições, não só por causa da natureza própria do campesinato, mas também em face da realidade da proletarianização, que atinge a todos – fortes e fracos”. Coincidimos com Seyferth em relação ao peso das ambigüidades que encerra tal noção no plano das representações e práticas adotadas pelos indivíduos. Entretanto, deixamos claro que há um conjunto de evidências que conspiram para uma crise mais profunda envolvendo a erosão de certos valores relativos a uma dimensão essencial que identificava todo um estilo de vida, responsável por forjar uma sociabilidade singular no Sul do país.

Encontramo-nos, portanto, diante de uma das dimensões que identificam a crise de expectativas engendrada fundamentalmente pelos impactos advindos da mercantilização da vida rural, com seus inúmeros desdobramentos. No limite, nosso estudo buscou estabelecer a conexão existente entre a modernização, em sentido amplo, com a

invalidação e deslegitimação de um conjunto de saberes e práticas ligadas à produção do autoconsumo em toda sua diversidade.

Claro está que esse fenômeno se descortina de forma heterogênea, assumindo contornos e ritmos bastante diferenciados no espaço social mais amplo do Brasil meridional. O desenvolvimento de atividades turísticas, como advertiu Woortmann (2004), conduziu a uma ressignificação dos hábitos de comida tradicionais. As festas e restaurantes ditos “coloniais” correspondem à revalorização de hábitos alimentares étnicos dos teuto-brasileiros. O “sistema antigo” (comidas fortes, à base de manteiga, carne e banha de porco) serve, segundo Woortmann, para satisfazer a “memória gastronômica” de turistas e ex-colonos urbanizados, aos quais haveria que incorporar, segundo nosso entendimento, os membros das famílias submetidas aos processos que aqui se buscou elucidar, na aproximação feita sobre o estado de arte das práticas de autoconsumo familiar.

Se comida é identidade, ela se reconstrói sob novas bases que necessariamente apontam para o gradual distanciamento de um sistema de valores que não se sustenta, a não ser de forma idealizada e diferida no cotidiano das famílias rurais de comunidades coloniais do extremo sul do Rio Grande do Sul.

## Referências

AFUBRA. Associação dos Fumicultores do Brasil. [Online] Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 07/05/2008.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.66-83, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra/SADE: Banco de dados da agricultura familiar. [Online] Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>> Acesso em: 04/04/2007.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**. 7ªed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COCHRANE, Willard. **The development of american agriculture: a historical analysis**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1979.

DOUX FRANGOSUL. [Online] Disponível em: <<http://br.doux.fr/>> Acesso em: 15/05/2008.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GASSON, Ruth.; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Walingford, Cab International, 1993.

GRANDO, Marines Zandavali. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1990, 209p.

LEITE, Sérgio. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: Belik, W. (Org). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004. p.123-164.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n<sup>a</sup> 47, 2001, p. 31-42.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: Consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1990.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.18, ano 7, 1992, p.78-95.

\_\_\_\_\_. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. N.S. Antropologia, n. 52, 1985.

\_\_\_\_\_. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

VAN DER PLOEG, Jean Douwe. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral**. Brasília: Série Antropológica, n<sup>a</sup> 88, 1990. p. 83-84.

WOORTMANN, *Ellen* Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klass. O sentido das práticas alimentares. In: **Anais... I Congresso Brasileiro de Gastronomia e Segurança Alimentar**, Brasília: UnB, 2004.

Flávio Sacco dos Anjos  
E-mail: fsacco2000@yahoo.com.br

Nádia Velleda Caldas  
E-mail: velleda.nadia@gmail.com

Artigo recebido em junho/2009.  
Aprovado em novembro/2009.